

Incertezas podem comprometer o ritmo das concessões

Lançado em 2007, o Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT) é um dos indutores do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e das concessões de transportes nos próximos anos. A ideia é reequilibrar a matriz de transportes, reduzindo a participação das rodovias, por onde circulam 60% das mercadorias nas contas do governo e 67% nos cálculos do Instituto de Logística e Supply Chain (Ilos). Uma das apostas de Brasília é conceder, ao longo dos próximos meses, R\$ 198,4 bilhões em projetos de portos, aeroportos, ferrovias e rodovias. Mas as incertezas políticas e regulatórias podem comprometer o andamento do programa.

“No cenário atual, enquanto houver falta de visibilidade do que vai acontecer na política e economia, será difícil que projetos de concessão saiam do papel, porque não se consegue vislumbrar retorno”, aponta o diretor executivo da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), Bruno Batista.

A maior parte dos investimentos está concentrada no modal ferroviário, que contempla R\$ 86 bilhões em concessões, dos quais R\$ 40 bilhões se referem à ferrovia bioceânica, um projeto do governo chinês, interessado em uma rota alternativa ao canal do Panamá.

A obra, que no lado brasileiro teria cerca de 3,5 mil quilômetros em trilhos, envolveria a interligação do Brasil com o Peru, com financiamento chinês. O projeto foi anunciado na visita do governo chinês ao Brasil em junho e deverá ter uma parte dos estudos entregue em maio de 2016.